



CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- (A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.
- (B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais, excetuadas as questões administrativas.
- (C) ninguém será obrigado a filiar-se, mas deve manter-se no sindicato se filiado; é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta leve nos termos da lei.
- (E) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

02. Considere, hipoteticamente, que o município de Ilha Solteira editou, em janeiro de 2018, lei proibindo, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo, inclusive para o plantio e colheita de cana-de-açúcar e de outras culturas, com vigência imediata. Entretanto, o Estado de São Paulo providenciou legislação antecedente em que concede prazo de 10 anos, a partir de 2011, para que o plantio e colheita da cana-de-açúcar seja mecanizado. Levando em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com tese de repercussão geral sobre o tema, a lei municipal é

- (A) inconstitucional, pois o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- (B) constitucional, uma vez que o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local, de forma suplementar.
- (C) constitucional, porque o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, de forma concorrente.
- (D) inconstitucional, porque a Constituição Federal outorga competência à União para legislar, privativamente, sobre a proteção ao meio ambiente.
- (E) constitucional, porque a norma municipal busca proteger os limites dos interesses do município de Ilha Solteira, preservando o meio ambiente local e a saúde de seus moradores.

03. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- (A) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, incluindo a indenização quando este incorrer em dolo ou culpa.
- (B) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (C) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, independentemente de lei.
- (D) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, obrigatoriamente, participação na gestão da empresa.
- (E) a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador, exceto àqueles portadores de deficiência.

04. A Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Dessa forma, é correto afirmar que

- (A) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- (B) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão do referendo das populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (D) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (E) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, independentemente de aprovação da população interessada, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

- 05.** Legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, como também sobre assistência jurídica e defensoria pública, entre outros, é de competência
- (A) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
 - (B) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) privativa da União.
 - (D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 06.** A Constituição Federal estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E, ainda, que
- (A) as universidades gozam de parcial autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
 - (B) a educação básica obrigatória é gratuita dos 3 (três) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta, ainda que não gratuita, para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
 - (C) atendimento ao educando, na primeira etapa da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e alimentação, excetuada a assistência à saúde.
 - (D) na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.
 - (E) o ensino é livre à iniciativa privada, com normas próprias de educação, independentemente de autorização, mas com avaliação de qualidade pelo poder público.
- 07.** Nos termos da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, é correto afirmar que
- (A) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter meramente educativo, sendo permitido constar nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos, proibida a promoção pessoal.
 - (B) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
 - (C) lei complementar disciplinará as formas de participação do usuário na Administração Pública direta, regulando unicamente as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral.
 - (D) lei orgânica disciplinará as formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta, e regulará as reclamações relativas à qualidade dos serviços públicos.
 - (E) os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, excluída eventual ação penal.
- 08.** Assinale a alternativa que contempla, textualmente, súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Não é inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
 - (B) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (C) Cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.
 - (D) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
 - (E) Não é inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

09. É correto afirmar que ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo,
- (A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (B) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se não estivesse em exercício.
 - (C) tratando-se de mandato eletivo estadual ou distrital não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - (D) investido no mandato de Prefeito não é necessário afastar-se do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (E) investido no mandato de Vereador perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
10. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os seguintes princípios:
- (A) busca do pleno emprego e fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.
 - (B) política tarifária e os direitos dos usuários.
 - (C) função social da propriedade e o regime das empresas concessionárias.
 - (D) soberania nacional e obrigação de manter serviço adequado.
 - (E) livre concorrência e defesa do consumidor.
12. De acordo com a Lei nº 9.394/96, o ensino será ministrado em observância ao seguinte princípio:
- (A) gestão unitária do ensino público.
 - (B) prevalência de instituições públicas de ensino.
 - (C) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
 - (D) vinculação entre educação escolar e as práticas culturais.
 - (E) disseminação e análise de informações sobre a educação.
13. Considere que a Câmara Municipal de Ilha Solteira, no âmbito de sua competência administrativa, anulou um ato administrativo, eivado de ilegalidade, e revogou outro ato administrativo, por motivo de conveniência e oportunidade. De acordo com a Súmula STF nº 473, o controle externo judicial
- (A) é apenas assegurado sobre atos administrativos anulados que não respeitarem os direitos adquiridos.
 - (B) somente poderá ocorrer sobre atos administrativos vinculados, sem adentrar no mérito administrativo.
 - (C) é possível, quando previamente analisado pelo controle interno parlamentar, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (D) só pode ser exercido sobre atos administrativos discricionários, inclusive adentrar no mérito administrativo.
 - (E) é assegurado para apreciação da legalidade, tanto de atos administrativos vinculados como discricionários.
14. Em processo administrativo, assegurada a ampla defesa, verificou-se que uma concessionária de serviço público do Município de Ilha Solteira descumpriu cláusulas contratuais relativas à concessão. A inexecução parcial do contrato de concessão acarretará, a critério do poder concedente, a extinção da concessão por
- (A) caducidade.
 - (B) expromissão.
 - (C) anulação.
 - (D) encampação.
 - (E) advento do termo contratual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. A Câmara Municipal de Ilha Solteira pretende executar indiretamente uma obra de engenharia em sua sede, com especificações não usuais de mercado, no valor estimado de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Considerando que todos os requisitos antecedentes à licitação foram cumpridos e se encontram regulares, a referida licitação pode ser realizada na modalidade
- (A) pregão.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) concurso.
 - (E) leilão.

15. Sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas, no âmbito administrativo e civil, pela prática de ato contra a Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) fundações, sociedades não personificadas e associações de entidades ou pessoas somente serão responsabilizadas pelos atos lesivos, nos casos de culpa ou dolo de seus dirigentes ou administradores.
 - (B) serão responsabilizadas pelos atos lesivos, independentemente de culpa ou dolo, ou de responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores, ainda que não praticados em seu exclusivo interesse ou benefício.
 - (C) a responsabilidade da pessoa jurídica, na hipótese de fusão ou incorporação societária, subsistirá integralmente à sucessora, ainda que decorrentes de atos ocorridos antes da fusão ou incorporação.
 - (D) os dirigentes ou administradores serão responsabilizados por atos ilícitos cometidos em nome das pessoas jurídicas, independentemente do grau de sua culpabilidade.
 - (E) as sociedades controladoras não serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos ilícitos cometidos por suas controladas, exceto no caso de culpa ou dolo.
16. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa) e o Decreto-Lei nº 201/67 (Responsabilidade dos Prefeitos), se o Prefeito Municipal de Ilha Solteira ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com regulamentos ou normas financeiras pertinentes, ele cometerá
- (A) ato de improbidade administrativa decorrente de aplicação indevida de benefício financeiro, e crime de responsabilidade, caso haja pronunciamento favorável da Câmara dos Vereadores.
 - (B) somente ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 - (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, e crime de responsabilidade, sujeito ao pronunciamento e julgamento pela Câmara dos Vereadores.
 - (D) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, e crime de responsabilidade, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
 - (E) somente crime de responsabilidade, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
17. A Câmara Municipal de Ilha Solteira, ao realizar uma reforma em sua sede, por meio de empresa de engenharia contratada, ocasionou danos ao imóvel vizinho e se omitiu na busca de qualquer solução. Assim, o proprietário do imóvel danificado demandou judicialmente a Câmara Municipal de Ilha Solteira, em ação de responsabilidade civil, para que seja indenizado pelos prejuízos sofridos. Nesse cenário, e de acordo com a Súmula STJ nº 525, a Câmara Municipal
- (A) tem legitimidade para figurar no polo passivo, sem prejuízo do direito de regresso contra o responsável pelo dano.
 - (B) não tem legitimidade para figurar no polo passivo, por não presumir a responsabilidade solidária com a empresa de engenharia contratada.
 - (C) tem legitimidade para responder, subsidiariamente, pelos prejuízos causados, caso não se comprove dolo ou culpa da pessoa responsável.
 - (D) tem legitimidade para responder, de forma primária, pelos prejuízos causados, caso se comprove dolo ou culpa da pessoa responsável.
 - (E) não tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, por não possuir personalidade jurídica.
18. Um consórcio público municipal, na área de saúde, deverá obedecer expressamente aos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, dentre os quais:
- (A) integração em nível executivo e legislativo das ações de saúde.
 - (B) desregionalização e autonomia da rede de serviços de saúde.
 - (C) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
 - (D) desconcentração administrativa, com direção compartilhada com a União.
 - (E) descentralização dos serviços para os Estados e União.

19. Assinale a alternativa que segundo a Constituição Federal apresenta matéria reservada a lei complementar:

- (A) o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades empresárias com a União.
- (B) a definição das alíquotas dos impostos previstos na Constituição Federal.
- (C) a definição da data de vencimento dos impostos consagrados na Constituição Federal.
- (D) a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as empresas optantes pelo lucro presumido, real e arbitrado.
- (E) o estabelecimento de critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

20. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) A imunidade tributária recíproca não é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (B) É vedado instituir tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, exceto suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (C) É vedado instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- (D) A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurando a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (E) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade, seletividade e da progressividade, na forma da legislação tributária.

21. Segundo a Constituição Federal, o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição,

- (A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (B) terá as suas alíquotas máximas e mínimas fixadas por lei complementar, incidindo sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, ainda que, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (D) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, incidindo sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (E) será devido ao Município da situação do bem ou declarado pelo contribuinte no inventário, formal de partilha ou termo de doação, incidindo sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

22. Por determinação constitucional, pertencem aos Municípios
- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (D) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (E) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
23. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com o Código Tributário Nacional.
- (A) É permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
 - (B) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita por carta endereçada à autoridade solicitante, mediante aviso de recebimento, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
 - (C) A Fazenda Pública da União, dos Estados e dos Municípios, na forma estabelecida nas leis complementares, nos tratados, acordos ou convênios e nos decretos, poderão permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
 - (D) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embargo ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
 - (E) É vedada a solicitação de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, ainda que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa por conta do sigilo fiscal.
24. De acordo com o Código Tributário Nacional, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria,
- (A) não se sub-rogam na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
 - (B) se sub-rogam na pessoa do sucessor a qualquer título e do cônjuge meeiro, se devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
 - (C) não se sub-rogam no caso de arrematação em hasta pública, salvo quando houver previsão expressa no edital em sentido contrário.
 - (D) se sub-rogam no espólio, se devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
 - (E) se sub-rogam no caso de arrematação em hasta pública, no respectivo preço.
25. Segundo o Código Tributário Nacional, a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em
- (A) dois anos.
 - (B) um ano.
 - (C) cinco anos.
 - (D) três anos.
 - (E) dez anos.
26. Estabelece a Lei de Execução Fiscal que
- (A) no prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até cinco, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.
 - (B) não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
 - (C) recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
 - (D) a Fazenda Pública e o executado não poderão requerer que os bens sejam leiloados englobadamente ou em lotes que indicarem.
 - (E) não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o Juiz proferirá a sentença no prazo de 60 (sessenta) dias.

27. Quanto às disposições legais atinentes a créditos adicionais, entende-se por superávit financeiro:

- (A) a diferença positiva entre os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- (B) o passivo financeiro resultante dos saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- (C) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- (D) o ativo financeiro decorrente da somatória anual dos créditos transferidos em razão de operações de crédito pactuadas no período.
- (E) os saldos remanescentes das contratações de créditos adicionais, com periodicidade anual e as taxas e encargos a elas vinculadas.

28. No que se refere à despesa pública, é correto afirmar:

- (A) a nota de empenho é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- (B) é vedada a realização de despesa sem prévia nota de empenho.
- (C) a nota de empenho indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, acrescida da previsão de encargos inerentes à dotação própria.
- (D) o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular emissão da nota de empenho.
- (E) o pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

29. Sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, o Poder Executivo exercerá o controle da execução orçamentária, que compreenderá

- (A) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, apenas subsequentemente ao aperfeiçoamento do ato administrativo.
- (B) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- (C) a fidelidade funcional dos agentes do Tribunal de Contas responsáveis pela verificação de bens e valores públicos.
- (D) a probidade da Câmara dos Vereadores, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
- (E) a elaboração, para fins estatísticos, do balanço consolidado das contas de suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários.

30. Assinale a alternativa correta, em linha com as decisões dos tribunais superiores afetas ao Direito Financeiro.

- (A) A Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- (B) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- (C) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- (D) Não compete ao Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- (E) A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria, ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas, não produz efeitos antes de aprovada por aquele tribunal, ressalvada a competência revisora do Judiciário.

31. Quanto aos fundos especiais dispostos na Lei Federal nº 4.320/64, é correto afirmar que

- (A) a lei que instituir fundo especial não poderá determinar normas peculiares de controle e prestação.
- (B) a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á por meio de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.
- (C) fundo especial é o produto de despesas havidas com determinados objetivos ou serviços adquiridos por pregão público.
- (D) o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço não poderá ser transferido para o exercício seguinte.
- (E) o Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital excetuará as despesas à conta de fundos especiais.

- 32.** No que se refere às disposições constitucionais sobre finanças públicas, é vedada
- (A) a abertura de crédito suplementar ou especial, ainda que haja prévia autorização legislativa.
 - (B) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - (C) a assunção de quaisquer obrigações diretas.
 - (D) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria simples.
 - (E) a concessão ou utilização de créditos ilimitados, ressalvados os casos com prévia autorização do Poder Executivo, mediante decreto.
- 33.** De acordo com a ordem jurídica brasileira, atualmente, o tipo orçamentário utilizado no Brasil, e obrigatório para todas as unidades da Federação, é:
- (A) orçamento-programa, sendo que em cada ano, será elaborado um orçamento que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.
 - (B) orçamento clássico, sendo que em cada ano será elaborado um orçamento cujas projeções de gastos serão estabelecidas considerando-se os dados históricos dos orçamentos dos anos anteriores.
 - (C) orçamento incremental, no qual a definição dos montantes de recursos a serem alocados para os programas, ações, órgãos ou despesas é feita mediante a incorporação de acréscimos específicos a cada nova despesa, mantendo-se o mesmo conjunto de despesas do orçamento anterior acrescido de pequenos ajustes.
 - (D) orçamento base zero, no qual a definição de despesas é realizada em cada unidade da Administração Pública, que, a cada ano, deve elaborar sua proposta orçamentária e justificar o quanto e para que deve gastar os recursos que estão sendo pleiteados.
 - (E) orçamento com base no desempenho organizacional, que se caracteriza por apresentar o orçamento sob duas perspectivas: o objeto do gasto e um programa de trabalho elaborado pelas Unidades Gestoras, que seriam atendidas em função da eficiência no desempenho apresentado no exercício anterior.
- 34.** Os registros contábeis referentes a restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; serviços da dívida a pagar; depósitos; e débitos de tesouraria estão compreendidos
- (A) pela dívida flutuante.
 - (B) pelos precatórios.
 - (C) pelas despesas de custeio.
 - (D) pelas transferências correntes.
 - (E) pelas inversões financeiras.
- 35.** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece normas gerais sobre a vigência, aplicação e interpretação das leis. A respeito da vigência da lei no tempo e no espaço, é correto afirmar que
- (A) salvo disposição em contrário, uma lei publicada em 01.08.2018 entrará em vigor em 14.09.2018.
 - (B) não se considera lei nova aquela que simplesmente corrige o texto de lei já publicada.
 - (C) a nova publicação da lei para correção de seu texto não interfere na contagem do prazo da *vacatio legis*.
 - (D) a lei brasileira terá vigência apenas no território brasileiro.
 - (E) o efeito repristinatório só se admite por expressa previsão legal.
- 36.** Ao Advogado da Câmara Municipal de Ilha Solteira cabe, entre outras atribuições, examinar o texto de projetos de lei que serão encaminhados à Câmara, avaliando, inclusive, aspectos formais de estrutura e redação do projeto de lei. Sobre essa temática e considerando o disposto na Lei Complementar nº 95/98, assinale a alternativa correta.
- (A) É válida a escusa ao cumprimento de norma que apresente inexatidão formal, ainda que elaborada mediante processo legislativo regular.
 - (B) Para remissão a outro dispositivo da lei, não se deve utilizar expressões como “anterior”, “seguinte” ou equivalentes, pois prejudicam a precisão da norma.
 - (C) Desde que esteja redigida com clareza e precisão, para a boa técnica legislativa, é irrelevante a ordem com que as disposições legais se apresentam.
 - (D) Na articulação dos textos legais, os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou incisos; os parágrafos em alíneas e os incisos em itens.
 - (E) Para assegurar sua clareza, o texto legal empregará sempre nomenclatura técnica.
- 37.** Roberto, relativamente capaz e sem assistência, se compromete a cortar a grama do jardim de Carlos, seu vizinho idoso, mediante remuneração, até que Carlos mande consertar o seu cortador elétrico. A respeito desse negócio jurídico, é correto afirmar que
- (A) se sujeita à condição suspensiva que, uma vez verificada, porá fim à avença entre Roberto e Carlos.
 - (B) iniciado o serviço, Carlos poderá recusar o pagamento e requerer a anulação do negócio jurídico em razão da incapacidade relativa de Roberto.
 - (C) é ilícita a condição resolutiva estabelecida, posto que sujeita os efeitos do negócio jurídico ao puro arbítrio de Carlos.
 - (D) embora ilícita a condição resolutiva estabelecida, esta não invalida o negócio jurídico.
 - (E) o negócio jurídico é anulável porque Carlos agiu com dolo.

38. A prova de um fato jurídico far-se-á
- (A) por confissão, inclusive a feita por representante, desde que nos limites dos poderes de representação.
 - (B) por reprodução fotográfica do fato, ainda que impugnada sua exatidão.
 - (C) por livros e fichas dos empresários e sociedades, apenas contra as pessoas a que pertencem.
 - (D) em qualquer caso, pelo só testemunho de sobrinho capaz de uma das partes.
 - (E) pela apresentação de telegrama, desde que acompanhado do original assinado.
39. No cumprimento das obrigações, será reputado válido o pagamento
- (A) feito pelo terceiro não interessado, em nome e à conta do devedor, não cabendo oposição deste.
 - (B) feito de boa-fé ao credor putativo, salvo se provado depois que não era credor.
 - (C) feito ao credor incapaz de quitar, ainda que o devedor não prove que em benefício daquele efetivamente reverteu.
 - (D) feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
 - (E) contra terceiros, quando feito ao credor, apesar de intimado o devedor da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros.
40. Em que pesem balizadas posições doutrinárias, bem como alguns julgados favoráveis à admissão da usucapião de bens públicos dominicais, nos termos expressos da Constituição Federal e do Código Civil, não se admite usucapião de bens públicos. Nada obstante, em vista da realidade das ocupações irregulares de áreas públicas e da necessidade de sua regularização, surgiu o instituto da concessão de uso especial para fins de moradia,
- (A) cujo título será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública, que terá o prazo máximo de 6 meses para decidir o pedido, a contar do seu protocolo.
 - (B) que é intransferível por ato *inter vivos*, mas admite a transferência *causa mortis*.
 - (C) cujo título, em caso de recusa ou omissão do órgão competente da Administração Pública, poderá ser obtido judicialmente.
 - (D) que poderá ser reconhecido mais de uma vez ao mesmo concessionário, desde que esse não seja proprietário de imóvel urbano ou rural.
 - (E) cujo título será conferido, de forma gratuita, exclusivamente à mulher.
41. Quanto a parcelamento do solo urbano, é correto afirmar que
- (A) se considera desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - (B) constituem infra-estrutura básica dos parcelamentos os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
 - (C) não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
 - (D) aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
 - (E) o Município não poderá expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para loteamento, demolição, reconstrução e incorporação.
42. Considerando o disposto na Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), assinale a alternativa correta.
- (A) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, informando ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
 - (B) O registro do penhor rural depende do consentimento do credor hipotecário.
 - (C) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do cartório mediante requisição judicial.
 - (D) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, apenas pela respectiva certidão.
 - (E) No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

- 43.** O réu poderá oferecer contestação, quando houver pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu e não se admitir a autocomposição, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data
- (A) da juntada do mandado de citação.
 - (B) da audiência cancelada.
 - (C) do protocolo do pedido de cancelamento.
 - (D) da intimação do cancelamento.
 - (E) assinalada pelo juiz.
- 44.** O recurso adesivo poderá ser interposto em subordinação
- (A) aos embargos de declaração.
 - (B) ao agravo de instrumento.
 - (C) ao agravo interno.
 - (D) aos embargos de divergência.
 - (E) ao recurso extraordinário.
- 45.** A tutela provisória requerida em caráter incidental
- (A) depende do pagamento de custas.
 - (B) pode ser feita em simples petição.
 - (C) obriga a estabilização da tutela concedida.
 - (D) terá lugar fora do processo em curso.
 - (E) só é cabível em ações de natureza condenatória.
- 46.** A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando
- (A) violar norma jurídica.
 - (B) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em outro processo cível.
 - (C) for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
 - (D) for proferida por juiz relativamente incompetente.
 - (E) resultar de dolo ou coação da parte vencida.
- 47.** Serão julgados em recurso ordinário:
- (A) o acórdão proferido em ação rescisória.
 - (B) o mandado de segurança decidido pelos tribunais superiores.
 - (C) o mandado de injunção decidido em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.
 - (D) toda e qualquer correição ordinária.
 - (E) o mandado de segurança em que a decisão decorreu de reexame necessário.
- 48.** Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a
- (A) observância de qualquer decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
 - (B) observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.
 - (C) observância de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
 - (D) autoridade das decisões do tribunal.
 - (E) coisa julgada.
- 49.** Em uma Ação Popular, quais são os efeitos da desistência da ação?
- (A) Deverão ser publicados editais, legitimando qualquer cidadão ou representante do Ministério Público a dar prosseguimento à ação no prazo de 90 dias.
 - (B) O autor pagará as custas processuais e perdas e danos, caso o ente público ingresse no polo passivo da demanda.
 - (C) A desistência será homologada após a oitiva do representante do Ministério Público.
 - (D) Ficará o autor impedido de propor nova ação com motivo idêntico, sob pena de litigância de má-fé.
 - (E) Não haverá efeitos, ante a impossibilidade de desistência de ação popular.
- 50.** Assinale qual alternativa corresponde a um entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Cabe o *habeas data* se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
 - (B) A divergência entre julgados do mesmo tribunal enseja recurso especial.
 - (C) O Superior Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.
 - (D) No reexame necessário, o tribunal poderá agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.
 - (E) A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

51. Sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, assinale a alternativa correta.
- (A) O dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
 - (B) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
 - (C) A vigilância sanitária não está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (D) A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é múltipla, sendo exercida em cada esfera de governo.
 - (E) Ao Distrito Federal competem as atribuições reservadas à União, quanto a direção do Sistema Único de Saúde (SUS).
52. São objetivos específicos do SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial:
- (A) Valorizar a herança cultural e a participação da população negra na história do País.
 - (B) Conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros.
 - (C) Promover ações com o objetivo de elevar a escolaridade dos trabalhadores negros.
 - (D) Assegurar o direito de moradia adequada com a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários associados à função habitacional.
 - (E) Promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas.
53. Considerando que o envelhecimento é um direito pessoalíssimo e a sua proteção um direito social, assinale a alternativa correta.
- (A) Em todo atendimento de saúde, os maiores de sessenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos.
 - (B) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a um enfermeiro acompanhante, tanto no âmbito privado quanto no público.
 - (C) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.
 - (D) Aos responsáveis pelo idoso é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, mesmo que o idoso esteja no domínio de suas faculdades mentais.
 - (E) O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso, maior de setenta anos, à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

54. Quanto às medidas de proteção à mulher ofendida e o descumprimento das medidas protetivas, conforme dispõe a Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta.
- (A) Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência constitui crime, com pena de detenção.
 - (B) A configuração do crime depende da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
 - (C) Na hipótese de prisão em flagrante, a autoridade policial poderá conceder fiança.
 - (D) Obriga a imediata prestação de alimentos provisórios ou provisórios.
 - (E) Implica na detenção provisória de 3 meses a um ano.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

55. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores,
- (A) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
 - (B) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade, e descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - (C) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura.
 - (D) desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
 - (E) impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura.
56. Ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública de Município, entre outros entes. Esse texto está compreendido no Código Penal Brasileiro e consagra o princípio
- (A) do tempo do crime.
 - (B) da anterioridade da lei.
 - (C) do lugar do crime.
 - (D) da lei excepcional ou temporária.
 - (E) da extraterritorialidade.

57. Quanto ao alistamento eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 (três) eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da última eleição a que deveria ter comparecido.
- (B) O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo: os inválidos; os enfermos; os maiores de sessenta anos; os que se encontrem fora do país; os que se encontrem fora de seu domicílio.
- (C) O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor, em qualquer junta eleitoral do país, independentemente de seu domicílio, desde que apresente documentação inerente à qualificação e inscrição do eleitor.
- (D) As certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas mediante taxa, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.
- (E) Aos partidos políticos não é lícito examinar os documentos relativos ao alistamento eleitoral ou promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente.

58. Aos agentes públicos em campanhas eleitorais é permitido:

- (A) fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- (B) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
- (C) ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.
- (D) ceder servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- (E) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

59. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Ilha Solteira, os vereadores do Município de Ilha Solteira não poderão, desde a expedição do diploma:

- (A) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária de serviço público ou fundação mantida pelo Poder Público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (B) ocupar cargos ou funções que sejam demissíveis *Ad nutum*, em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária de serviço público ou fundação mantida pelo Poder Público.
- (C) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
- (D) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público municipal ou nela exercer função remunerada.
- (E) patrocinar causa em que seja interessada qualquer pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária de serviço público ou fundação mantida pelo Poder Público.

60. O Presidente da Mesa da Câmara Municipal de Ilha Solteira, ao receber do Prefeito, o projeto de lei orçamentária anual do Município para o exercício seguinte, procedeu à sua publicação e o encaminhou a todas as Comissões Permanentes da Câmara para análise e emissão de parecer. Passados alguns dias, o Prefeito de Ilha Solteira encaminhou mensagem à Câmara Municipal, objetivando propor modificações ao referido projeto de lei orçamentária anual. Nesse cenário, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ilha Solteira, é correto afirmar que

- (A) será recebida enquanto não iniciada, pelo Plenário da Câmara, a votação da parte que se deseja alterar.
- (B) somente será recebida, independentemente do início da votação pela Câmara, quando relacionada à alteração de despesas anteriormente autorizadas, ou à previsão de receitas.
- (C) não será recebida, pois a proposta de lei orçamentária anual do Município já foi publicada, inclusive para eventual manifestação do eleitorado local.
- (D) somente será recebida enquanto não iniciada, pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, a votação da parte cuja alteração é proposta.
- (E) não será recebida, caso qualquer das Comissões Permanentes da Câmara Municipal já tenha exarado parecer desfavorável da parte cuja alteração é proposta.

